



Capoeira e identidade nacional: de crime político à patrimônio cultural do Brasil

Oliveira, Josivaldo Pires de; Pinheiro Leal Luiz Augusto

A capoeira, assim como o carnaval, o samba e o futebol, faz parte do conjunto dos grandes ícones contemporâneos representativos da identidade cultural brasileira. Cada um deles possui uma história própria de ascensão, inclusão e/ou tensão em seu processo formativo como símbolo nacional. A capoeira é oriunda da experiência sociocultural de africanos e seus descendentes no Brasil. Conta em sua trajetória histórica a força da resistência contra a escravidão e a síntese da expressão de diversas identidades étnicas de origem africana. Se o carnaval, o futebol e o samba, este último, inclusive, já tombado como patrimônio cultural, alcançaram um alto nível de representação da identidade nacional ao longo do século XX, qual lugar teria a capoeira junto a essa mesma perspectiva? Afinal, tal como o futebol, a capoeira está presente em praticamente todos os lugares do mundo, do Japão ao Canadá. Ao mesmo tempo, como acontece com o carnaval e o samba, ela é uma rica expressão da cultura afro-brasileira, tanto no Brasil como no exterior. A maior prova disso foi o registro da capoeira, em 2008, como bem da cultura imaterial do Brasil, por indicação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, órgão do Ministério da Cultura (IPHAN/MinC).

Seu registro foi votado no dia 15 de julho de 2008, em Salvador, capital da Bahia, pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do IPHAN, conselho este constituído por 22 representantes de entidades e da sociedade civil, e que tem o poder de deliberar a respeito dos registros e tombamentos do patrimônio cultural brasileiro.¹ O registro possibilita o desenvolvimento de medidas governamentais de suporte à comunidade da capoeira, a exemplo de um plano de previdência social para os velhos mestres da capoeiragem; programas de incentivo para o desenvolvimento de políticas pelos próprios grupos de capoeiras com o auxílio do Estado. Além disso, há do ponto de vista de uma política estrutural para capoeira, a intenção do IPHAN, por consequência do tombamento, de criar um Centro Nacional de Referência da Capoeira. Entretanto, no contexto de seu reconhecimento, pouco espaço foi reservado na mídia para a exposição ou debate acerca da história da capoeira. Sequer foi possível conhecer, salvo de modo panorâmico, o percurso de luta que seus praticantes vivenciaram para atingir o tão aclamado reconhecimento da arte-luta como patrimônio cultural

brasileiro. A história da capoeira foi marcada por perseguições policiais, prisões, racismo e outras formas de controle social que os agentes dessa prática cultural experimentaram em sua relação com o Estado brasileiro. Cabe, então, entendermos os elementos que caracterizaram e contribuíram para a formação da capoeira como um símbolo diferente da identidade brasileira e a sua justificação como o mais recente bem cultural, registrado pelo governo brasileiro como patrimônio nacional. Buscamos, no presente ensaio, apresentar a experiência da capoeira no processo de formação da identidade brasileira, concatenada com o registro recente desta prática como patrimônio cultural brasileiro. A estratégia de argumentação partirá de uma revisão de sua história e dos significados da prática em diferentes espaços e contextos do território nacional. Além disso, terá como interlocutor a recente produção historiográfica existente em torno deste saber tradicional. Desse modo, cremos ser possível compreender o paradoxo de uma prática cultural que passou mais de meio século criminalizada e, mesmo assim, conseguiu mudar seu futuro. Na primeira parte deste ensaio, apresentaremos uma análise sobre o recente episódio do reconhecimento da capoeira como patrimônio cultural brasileiro. Em seguida, retomaremos os elementos constituidores de sua história, visando a interpretá-la como pertencente ao conjunto de símbolos que constituem a identidade nacional.

A capoeira patrimônio: o percurso do reconhecimento

Desde 1936, ainda no anteprojeto do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, denominação antiga do IPHAN), de autoria de Mario de Andrade, que a capoeira já poderia ter sido registrada como patrimônio da cultura imaterial brasileira. Segundo os critérios do SPHAN, para que uma obra fosse considerada Arte Patrimonial, teria que pertencer a uma das categorias listadas pelo referido órgão, entre as quais se encontra a categoria intitulada: Arte Popular.² Entretanto, o registro da capoeira como patrimônio cultural brasileiro iria aguardar ainda muitas décadas, pois essa prática cultural ainda não era tomada como um elemento de identificação da cultura brasileira, o que definia o conceito de patrimônio nacional. Pelo contrário, a capoeira ainda era considerada como crime pelo Código Penal vigente. Seria um paradoxo retirá-la da criminalidade e logo em seguida reconhecê-la como patrimônio.

O patrimônio era entendido como um bem de alto valor material e simbólico para a nação, a exemplo dos monumentos arquitetônicos. Entendia-se que havia valores comuns, compartilhados por todos. O que era determinado como patrimônio, era entendido como excepcional, belo, exemplar, que representava a nacionalidade de uma forma ou de outra³. Elementos que hoje caracterizariam muito bem a capoeira, na época, devido à trajetória e aos significados da prática, não poderiam ser considerados.

Nessa perspectiva, a capoeira atendia um padrão estético e simbólico extra ocidental, não correspondendo ao que se estabelecia como referencial de cultura nacional. Os símbolos veiculados pela prática da

capoeira estavam carregados de valores produzidos na experiência afro-diaspórica no Brasil, além da carga de marginalidade que o agente da capoeiragem suportava por conta da criminalização que restringia a prática e seus valores socioculturais desde o século XIX4.

Com a reformulação do conceito de patrimônio, experimentada nas décadas posteriores, o valor cultural, a dimensão simbólica que envolvia a produção das culturas, expressas nos

Ver entre outros: LEAL, Luiz Augusto. Capoeira, boi-bumbá e política no Pará republicano (1889 – 1906). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 32, 2005, OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. No tempo dos valentes, 2005. modos de uso dos bens, foi possível a incorporação de uma nova definição de patrimônio. Segundo Silvia Helena Zanirato e Wagner Costa Ribeiro, “a alteração [do conceito de patrimônio] também se deu em face da constatação de que os signos das identidades de um povo não podem ser definidos tendo como referência apenas as culturas ocidentais”.⁵ Nessa perspectiva, a capoeira se aproximava da possibilidade de ser reconhecida como patrimônio da cultura brasileira. Entretanto, ao tempo em que a noção de patrimônio cultural se ampliava a capoeira se tornava, pela experiência que ela produzia junto aos diferentes segmentos sociais da sociedade brasileira, um símbolo particular de nacionalidade brasileira.

Notas:

As informações sobre a cerimônia de tombamento da capoeira, ocorrida em Salvador, BA, têm como fonte as notícias veiculadas na imprensa nacional e local, a exemplo dos jornais Folha de São Paulo (SP), A Tarde (BA) e Correio da Bahia (BA), assim como o site oficial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

As categorias estabelecidas pelo órgão federal do patrimônio artístico nacional eram em número de oito e seguiam a seguinte ordem: “1-Arte Arqueológica; 2-Arte Ameríndia; 3-Arte Popular; 4-Arte Erudita Nacional; 5-Arte Erudita Estrangeira; 7-Artes Aplicadas Nacionais; 8-Artes Aplicadas Estrangeiras”. MALHANO, Clara Emília Sanches de Barros. Da materialização à legitimação do passado: a monumentalidade como metáfora do Estado (1920-1945). Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 266.

RAMBELLI, G.; FUNARI, P. P. Patrimônio cultural subaquático no Brasil: algumas ponderações. *Práxis Arqueológica*, Porto, n. 2, p. 97-106, 2007.